

---

## **GÊNERO E FEMINISMOS: RESISTÊNCIAS À DITADURA MILITAR NO CEARÁ.**

**Sarah Pinho da Silva**

Graduanda em História na Universidade Estadual do Ceará – UECE. E-mail:

[sarah.silva@aluno.uece.br](mailto:sarah.silva@aluno.uece.br)

**GÊNERO E FEMINISMOS: RESISTÊNCIAS À DITADURA MILITAR NO CEARÁ.****GENDER AND FEMINISMS: RESISTANCE TO THE MILITARY DICTATORSHIP IN CEARÁ.**

Sarah Pinho da Silva

**RESUMO**

Em um contexto de Ditadura Militar, várias mulheres cearenses, se organizaram, em diferentes movimentos de esquerda, para lutar contra a repressão, mas junto à luta contra a Ditadura surgiram pautas de luta específica, que reivindicavam direitos e igualdade de gênero. Os feminismos, dos anos 1960-1980, período de Ditadura Militar no Brasil, se configuraram como um movimento heterogêneo e plural, que influenciou mulheres, em diferentes organizações clandestinas, que combatiam o regime ditatorial. Essa influência permitiu o início da discussão de gênero dentro dessas organizações, sendo que, muitas vezes, as mulheres desempenhavam funções secundárias e recebiam tarefas que denotavam uma divisão sexual dos papéis sociais. O embate travado por muitas mulheres militantes foi de buscar reconhecimento das suas lutas específicas, dentro de suas organizações, pontuadas pelos feminismos do período.

**PALAVRAS-CHAVE:**

Feminismos; Ditadura Militar; Gênero.

**ABSTRACT**

In a context of military dictatorship, several Ceará women, organized in various leftist movements, to fight against repression, but by the fight against dictatorship emerged patterns of specific struggle in claiming rights and gender equality. Feminisms, the years 1960-1980, the military dictatorship period in Brazil, is configured as a heterogeneous and plural movement that influenced women in different underground organizations, who fought the dictatorship. This influence allowed the start of the gender debate within these organizations, and often women played secondary roles and tasks received denoting a sexual division of social roles. The clash caught by many women activists was to seek recognition of their specific struggles within their organizations, punctuated by feminists of the period.

**KEYWORDS:**

Feminisms; Military dictatorship; Gender.

## INTRODUÇÃO

No Brasil, o golpe militar de 1964 não foi um fato isolado, pois em vários países da América Latina, ditaduras militares foram instauradas nas décadas de 1960 e 1970. Países como Chile, Argentina, Uruguai e o Brasil fizeram parte de uma generalização de regimes opressores, em um contexto pós Segunda Guerra Mundial e de Guerra Fria, que dividia dois grandes blocos econômicos: Estados Unidos e União Soviética.

As ditaduras militares, na América Latina, faziam parte do plano de segurança nacional norte-americano para contenção do comunismo, objetivando impedir que países sul-americanos fossem governados por presidentes de esquerda, alguns apoiados pelo bloco socialista da União Soviética. De acordo com Merlino (2010), os golpes militares receberam apoio e financiamento dos Estados Unidos, o que ajudou a consolidar a instauração desses regimes.

Nesse contexto de repressão, que se iniciou em 1964, com o Golpe-civil militar, várias organizações de esquerda mobilizaram-se, algumas já existiam e estavam organizadas antes do golpe militar no Brasil, outras se formaram nesse período, para tentar combater o regime repressor. Esses movimentos eram clandestinos, porque o governo ditatorial começou a cassação de direitos individuais e coletivos com o decreto do primeiro Ato Institucional (AI-1), em 09 de abril de 1964. Foi nesse momento de luta contra repressão, da defesa dos direitos sociais e luta de classes que muitas mulheres passaram a integrar as organizações de esquerda.

Este artigo pretende desmistificar a ideia de que a participação feminina na luta contra a ditadura militar foi secundária e aconteceu por influência de seus companheiros, várias mulheres fizeram parte desses movimentos, porque similar aos homens, acreditavam em um país mais justo e lutaram para que isso pudesse acontecer. De acordo com Bastos (2007), as mulheres, da geração de 1968, iniciaram a militância política por opção, isso aconteceu tanto na Universidade como na Igreja. Ainda, de acordo com a autora: “O elemento novo trazido pela militância feminina era o fato de as mulheres romperem também com o padrão da moça bem-comportada, virgem, futura mãe de família” (BASTOS, 2007, p.21).

Esse rompimento com o padrão imposto à conduta feminina foi perceptível na própria atuação das mulheres dentro das organizações, já que, a partir de 1968, a repressão se

tornou mais forte, com o decreto do AI-5<sup>1</sup>, e muitas mulheres militantes foram presas, torturadas e mortas pelo regime. A ruptura desse padrão que condicionava e, ainda hoje, condiciona as ações femininas, significou a ocupação de um espaço que antes era colocado como pertencente ao homem.

Segundo Kotchergenko (2011, p.284): “podemos dizer que algumas mulheres, ao atuarem como militantes, saíram dos seus espaços privados, relegados a elas pela sociedade, e ingressaram no espaço público, marcando presença significativa” [...]. Essa ruptura incomodou não apenas militares, que subestimavam a participação das mulheres, mas também, alguns militantes. Isso aconteceu, porque as organizações de esquerda, durante a ditadura militar, eram, ainda, espaços fundamentalmente masculinos. De acordo com Helena Frota, [...] “se a gente analisar hoje, os quadros do DCE grande parte era os homens, eram homens, as funções eram, secretárias eram mulheres, as funções mais femininas, que na divisão sexual do trabalho se coloca para as mulheres” [...].<sup>2</sup>

A partir da fala de Helena Frota, pode-se perceber que a participação feminina era encarada por muitos militantes como algo secundário, e que os valores construídos sócio históricos e culturais, que dividem os papéis sociais do homem e da mulher, estavam presentes dentro das próprias organizações de esquerda:

[...] Analisando as ações políticas e as lutas das mulheres no período da ditadura militar, podemos perceber que elas, além do combate a repressão, tiveram que enfrentar também a discriminação e a desigualdade por parte da sociedade e dos seus companheiros de organização. (KOTCHERGENKO, 2011, p.284)

Diante disso, percebe-se que a militância feminina tentava combater o regime repressor, mas, muitas vezes, o embate era travado dentro das próprias organizações as quais pertenciam. As divisões de tarefas e os cargos de chefia são alguns exemplos das diferenças que havia entre homens e mulheres militantes dentro das organizações de esquerda.

Helena Frota reforça essa distinção que existia, cargos específicos, tidos como femininos, eram desempenhados pelas militantes, enquanto, os homens exerciam cargos de

<sup>1</sup> Em dezembro de 1968, foi editado o Ato Institucional nº 05 [...] O AI-5 fechou o Congresso Nacional por tempo indeterminado; cassou mandatos de deputados, senadores, prefeitos e governadores; decretou o estado de sítio; suspendeu o *habeas corpus* para crimes políticos; cassou direitos políticos dos opositores do regime; proibiu a realização de qualquer tipo de reunião [...] O AI-5 significou, para muitos, um “golpe dentro do golpe”, um endurecimento do regime que estabeleceu leis especiais para o exercício do poder fora dos marcos do Estado de direito. (ARAUJO; SILVA; SANTOS, 2013, p.19-20).

<sup>2</sup> FROTA, Helena. (Ex-militante da Ação Popular no Ceará). Entrevista concedida em 02 de julho de 2015. Entrevistadora: Sarah Pinho da Silva.

chefia e eram maioria tanto no movimento estudantil, quanto nas organizações clandestinas.

De acordo com Joana Pedro:

[...] elas, muitas vezes, eram menosprezadas pelos companheiros ativistas. Queixavam-se de que sua atuação consistia em datilografar, reproduzir material de divulgação, distribuir panfletos, fazer café, limpar os ambientes, enfim, realizar tarefas consideradas de pouca importância. As decisões políticas eram tomadas pelos homens, pois mesmo as mulheres que participavam das reuniões estratégicas tinham suas opiniões desqualificadas ou ignoradas [...]. (PEDRO, 2013, p.245).

Segundo Joana Pedro (2013), foi a partir desses descontentamentos das mulheres militantes com seus companheiros de organizações, que muitas delas, começaram a se reunir separadamente, formando grupos femininos, que discutiam gênero, feminismo e o combate a ditadura militar. A criação desses grupos garantia às mulheres o direito a fala, sem serem interrompidas ou menosprezadas. Todavia, as mulheres que realizavam essas atividades de grupos, foram acusadas de dividir a militância. Argumento utilizado, em muitos outros casos, para alegar que as mulheres feministas e o debate sobre gênero dividiam os militantes em prol da luta geral.

O artigo ora apresentado comunica a pesquisa, em andamento, sobre a participação feminina nas organizações de esquerda no Ceará durante o período de Ditadura Militar (1964-85). Tem por base a análise das entrevistas com ex-militantes, buscando compreender as relações de gênero dentro das organizações de esquerda, os papéis sociais e a conjuntura da época. A análise que está sendo feita consiste nas experiências individuais dessas mulheres para buscar perceber como era a atuação feminina dentro dessas organizações.

### **“NÓS PODEMOS TUDO, NÓS PODEMOS MAIS, VAMOS LÁ FAZER O QUE SERÁ”: A LUTA DE MULHERES NAS ORGANIZAÇÕES DE ESQUERDA NO CEARÁ.**

A análise das entrevistas concedidas até o momento, revela que a divisão dos papéis sociais, dentro das próprias organizações, ajudava a ratificar o papel submisso, no qual a mulher era colocada. Percebe-se que valores e condutas ditavam e, ainda, ditam o comportamento feminino, assim como o masculino, contudo, a mulher era e é colocada, muitas vezes, em uma posição de inferioridade em relação ao homem.

Neste artigo, a análise parte das entrevistas concedidas, percebendo a oralidade como fator crucial de observação e análise histórica. O testemunho, impossível de ser reproduzido em sua fidedignidade, é a busca de aproximar-se o mais possível do fato. De acordo com Ferreira e Amado: [...] “Fazer História Oral significa, portanto, produzir conhecimentos históricos, científicos, e não simplesmente fazer um relato ordenado da vida e da experiência dos outros””. (2006, p.17).

Dessa forma, compreende-se que a cientificidade da História Oral consiste na análise das entrevistas, a saber: desde o momento da preparação das perguntas, a serem feitas, a condução da entrevista em si, a transcrição e a utilização dessas entrevistas na pesquisa. Esse percurso permite demonstrar como o/a historiador/a chegou a conclusão de seu trabalho. São os vestígios que denotam como a pesquisa foi realizada e como foi obtida a conclusão. De acordo com Patai:

[...] a história oral nos permite ouvir as histórias de indivíduos e grupos que de outra forma seriam ignorados; permite expandir os horizontes do nosso conhecimento sobre o mundo; e estimula nossas próprias hipóteses a respeito das experiências e dos pontos de vista de outras pessoas e culturas. (PATAI, 2010, p.142).

Dessa forma, analisar as experiências femininas a partir das entrevistas, permite-nos compreender essas sujeitas e as formas como atuavam num espaço de repressão militar. Significa, também, dialogar com relatos de histórias que ainda não foram abordados e/ou que não houve a preocupação de torná-los objeto de pesquisa. Portanto, perceber as práticas coletivas e sociais dessas mulheres, a partir de suas experiências individuais, em uma conjuntura de ditadura militar, possibilita-nos trabalhar com novas perspectivas e pontos de vista acerca desse momento da história do Brasil.

No período ditatorial, a questão de gênero ainda não era pauta das discussões da esquerda, essa categoria começava a ganhar força com os movimentos feministas francês e estadunidense, mas era visto de forma muito superficial no Brasil. A partir de meados de 1970, começou a ser colocado em discussão e chegou a várias organizações, através de periódicos e folhetos – *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*<sup>3</sup> -, a partir desse momento, várias mulheres começaram a se organizar, em grupos, para discutir pautas específicas sobre a

<sup>3</sup> *Brasil Mulher* circulou entre 1975-1980, era organizado pela Sociedade Brasil Mulher (teve 16 edições regulares e quatro edições extras). *Nós Mulheres* circulou entre 1976-1978, era organizado pela Associação de Mulheres (teve oito edições).

questão de gênero<sup>4</sup>. Mas, as discussões sobre essa categoria não aconteceram de forma branda e suave, visto que houve bastante resistência, que partiram de diversas vertentes, até mesmo, das organizações de esquerda.

Segundo Jessie Jane: “essa coisa de gênero nem se falava, nem se falava disso. As contradições eram as contradições do capitalismo, que se resolveriam na revolução socialista. O resto era tudo um discurso pequeno-burguês”. (JANE *apud* SCHLATTER JUNIOR, 2011, p.401). Compreende-se que as discussões sobre gênero, naquele momento, foram superficiais e, além disso, eram vistas como secundárias, afinal, a prioridade era a luta de classes e as outras questões – pautas femininas – seriam sanadas com a implantação do socialismo. Essa forma de enxergar os feminismos<sup>5</sup> desagradou muitas mulheres e, por outro lado, influenciou tantas outras.

De acordo com Ruth Cavalcante: “eu não tenho experiência de vida no movimento feminista, não tenho, acho que foi uma certa influência do partido, também, nesse sentido de que a causa era maior, era a classe e não o gênero”.<sup>6</sup>

As lutas feministas eram vistas como uma possibilidade de enfraquecer a causa maior, que era a luta de classes e o combate à ditadura militar, então, muitas vezes, as questões específicas eram desconsideradas pelas organizações de esquerda. Muitas mulheres que faziam parte dessas organizações – no caso de Ruth Cavalcante – acabavam por deixar de lado pautas que envolviam a questão da mulher e o debate de gênero. Porém, as discussões de gênero, no Brasil, e particularmente no Ceará, só se aprofundaram com o movimento conhecido como: Segunda Onda do Feminismo<sup>7</sup>.

Os feminismos confrontaram as posturas adotadas por muitas organizações de esquerda, posturas que condicionavam a atuação feminina dentro desses movimentos. De acordo com Daciane Barreto: [...] “A expectativa da mulher na luta é aquela que realmente vai servir ao partido, vai servir as diretrizes do partido, mas também aquela, que também, tem

<sup>4</sup> A categoria gênero é empregada de acordo com PEDRO e WOLFF: [...] “É com pressuposto de que gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder e um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos” [...] (2011, p.22).

<sup>5</sup> “Usamos o plural admitindo que o feminismo ocidental dos anos 1960-80, que seria entendido como feminismo de Segunda Onda, não foi um movimento homogêneo ou centralizado, mas sim um fenômeno heterogêneo e plural, melhor representado pelo termo ‘feminismos’”. (MELLO, 2011, p.73).

<sup>6</sup> CAVALCANTE, Ruth. (Ex-militante da Ação Popular no Ceará). Entrevista concedida em 30 de abril de 2015. Entrevistadora: Sarah Pinho da Silva.

<sup>7</sup> De acordo com a professora Joana Pedro (2006, p. 269): [...] “o feminismo chamado de ‘Segunda Onda’ surgiu depois da Segunda Guerra Mundial e deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer e contra o patriarcado. Nesse momento uma das palavras de ordem era: ‘o privado é político’”.

aquela a particularidade da subserviência, que é a conformada, aquela que é a paciente, que sabe perdoar” [...]”<sup>8</sup>.

Daciane ressalta os estereótipos que havia em relação à postura feminina, o que era esperado da conduta das mulheres militantes, que mesmo participando de organizações clandestinas, perseguidas pela ditadura, deveriam ser compreensivas, pacientes e capazes de perdoar. Era esperado dessas mulheres um posicionamento de fragilidade, que ela fosse delicada e sensível. Características consideradas próprias da mulher, de acordo com a divisão dos papéis sociais, que reforçavam condutas de submissão e subserviência do sexo feminino ao masculino. Portanto, quando o movimento feminista, de Segunda Onda, começou a ser debatido por muitas mulheres, diversas organizações de esquerda sentiram que esse debate poderia afetar a continuidade da luta:

Apesar dos discursos que reforçavam a importância das lutas específicas e gerais seguirem juntas, e das várias iniciativas de aproximação com as camadas populares e trabalhadoras, o feminismo continuou sendo entendido como um movimento exclusivo da classe média e intelectualizada, que dividiria a luta principal [...] (SILVA, 2011, p.178).

Conforme a autora, uma das principais críticas ao feminismo era a divisão que ele causaria à luta mais geral, a dispersão que isso poderia causar dentro das organizações, pois, à primeira vista, o movimento poderia contribuir na luta contra a ditadura, mas depois poderia prejudicar o objetivo central, que era a luta de classes e contra a repressão. As especificidades da luta feminista poderiam ameaçar o projeto político que havia nessas organizações. Contudo, de acordo com Saffioti (SAFFIOTI, 1969, *apud* GONÇALVES, 2013, p.24). [...] “a luta de classes não conduzirá à emancipação humana sem destruir, concomitantemente, a opressão feminina” [...].

De acordo com a autora, só a instauração do socialismo não resolveria os problemas que envolviam questões específicas da mulher. Assim, as discussões e a luta pela emancipação feminina deveriam andar ao lado da luta de classes, pois, dessa forma, se conseguiria alcançar o objetivo da construção de uma sociedade mais justa.

Com a ditadura militar e suas perseguições, torturas e assassinatos, as várias organizações preferiram adotar posturas mais rígidas, para tentar suportar a repressão, com isso, as pautas de gênero não foram inclusas como questões relevantes nesse período:

---

<sup>8</sup>BARRETO, Daciane (Ex-militante do PC do B no Ceará). Entrevista concedida em 14 de abril de 2015. Entrevistadora: Sarah Pinho da Silva.



[...] pelo fato de ser ditadura, os partidos, eles eram muito autoritários, é, por exemplo, como aquele período era um período perigoso, então, você não tinha muito como questionar, ou você aceitava, ou você saía do partido, então, depois é que a gente começou a ver que a estrutura ela é muito autoritária, a estrutura de todos os partidos, e aí a gente vai ver, que o homem tem o papel político [...] (FROTA, Helena. Entrevista, 02 de jul. 2015).

Compreende-se que esses movimentos, em alguns casos, adotavam posturas tão autoritárias, que condicionavam determinadas ações femininas. Segundo Helena Frota, não havia o questionamento se determinada tarefa era ordenada por um homem, era preciso cumpri-la, caso contrário, teria que deixar o partido. O autoritarismo dessas organizações, muitas vezes, colocado como possibilidade de resistência à ditadura acabava, em determinado momento, legitimando a opressão feminina. Esse autoritarismo condicionou diferentes atitudes e interferiu, de certa forma, na singularidade dessas sujeitas, conforme destaca-se:

A partir do momento que um/uma militante ingressasse em determinada organização, deveria agir performaticamente, tomando certas atitudes e deixando de tomar outras, vestindo um tipo de roupa e deixando de vestir outro, se alimentando de uma forma que talvez não se alimentasse isoladamente. Não estamos afirmando, contudo, que esses e essas militantes fizessem isso de forma inconsciente ou que as organizações e partidos fossem prejudiciais, mas podemos observar, como Santos, que interferiam de forma direta na subjetividade dos indivíduos. (SCHLATTER JUNIOR, 2011, p.398).

A militância, em alguns casos, significou a adoção de uma postura mais rígida, ao mesmo tempo, que condicionou indivíduos a condutas que não necessariamente fizessem parte de sua constituição enquanto sujeito. Por vezes, houve a anulação dessa percepção individual/singular dos/das militantes:

Só saía de casa arrumada e pintada, com as coisas menores que eu tinha, as roupinha mais simples possível (sic), mas eu me cuidava, porque isso era um valor pra mim. E eu não ia deixar de ser uma coisa, que eu sempre fui, pra poder entrar numa rigidez dessa, mas existia esse desconhecimento da necessidade do sujeito individual, era basicamente só o sujeito coletivo, que era bom, que deu essa noção a gente do coletivo, mas foi causa de muito sofrimento [...] (CAVALCANTE, Ruth. Entrevista. 30 de abr, 2015).

Essa anulação da individualidade do sujeito causou sofrimento, segundo Ruth Cavalcante, porque questões mais específicas eram deixadas de lado. A causa era maior, o todo/coletivo deveria estar acima de tudo, e apesar da coletividade ter contribuído na formação desses indivíduos, a percepção do sujeito singular, também, era importante e fez falta a muito militantes, ainda, de acordo com Ruth Cavalcante (Entrevista, 30 de abr, 2015): [...] “porque uma pessoa que tinha uma identidade muito fragilizada ela se deixava totalmente anular como pessoa” [...].

Esse direcionamento, colocado por algumas organizações, que determinou condutas, valores, regras e papéis influenciaram na formação dessas sujeitas. As mulheres, que militaram, realizaram um processo de ruptura, que as colocaram no espaço público e político, mas, ao mesmo tempo, esse espaço exigiu uma postura que, por diversas vezes, determinou a essas mulheres suprimir sua identidade. Segundo Back:

O sacrifício, portanto, no caso das mulheres, envolvia também abrir mão de atributos e práticas que socialmente as caracterizavam como mulheres e a correspondente adoção de traços considerados masculinos. Essa troca, ou substituição por vezes vivida, significada ou resignificada como dolorosa e/ou como uma perda ou supressão da identidade, colocava empecilhos, como já afirmou Wolff, as trajetórias políticas das militantes [...]. (BACK, 2011, p.389).

Por mais que algumas características femininas tenham sido construídas socialmente, esses valores passaram a fazer parte do processo de identidade e do se reconhecer, enquanto, sujeita. Na fala de Ruth Cavalcante fica claro sua vaidade e que gostava de se arrumar. Ter que abrir mão disso, por causa do partido, era como abrir mão de ser quem ela era.

Esse enrijecimento das organizações acabava por interferir nas identidades individuais, a partir do momento em que era cobrada mudança na postura dos militantes, especificamente, na postura feminina. Colling (2004) comenta que algumas mulheres para serem aceitas e não sofrer discriminação, pelos militantes, assumiam a militância dentro das organizações de esquerda negando a sua condição de mulher.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, pode-se afirmar que os embates travados pelas mulheres militantes começaram dentro das próprias organizações de esquerda. O combate era contra a ditadura militar, mas era também, o de subverter valores e condutas impostas às mulheres durante anos, determinando papéis sociais divididos a partir do gênero, direcionando atitudes e comportamentos característicos de cada sexo. Segundo Pedro (2011, p.326): [...] “O inimigo principal’, o regime político, estava declarado. Mas as feministas resistiam também a outro tipo de opressão, sustentada na desigualdade entre homens e mulheres” [...].

Percebe-se que a luta feminina foi travada em mais de uma esfera, ela começou com a entrada no espaço político, nas décadas de 1960 e 1970, que já era um reflexo do espaço garantido dentro das Universidades, que cresceu a partir de 1950. As mulheres

começaram a sair de suas casas, do âmbito privado, e passaram a ocupar o espaço público, renegado a nós, durante tanto tempo. Mas esse processo de ruptura significou desafios imensos, que foram travados por inúmeras mulheres, que lutaram para combater o regime repressor, que combateram os estereótipos em torno da figura feminina, que travaram conflitos com seus próprios companheiros, que, por vezes, reproduziram a divisão dos papéis sexuais.

As mulheres lutaram pela desconstrução, tanto do sistema político opressor, como da sociedade que oprimia e, ainda, oprime mulheres, negros, homossexuais e pobres. Perfis estereotipados que não se enquadram em um determinado perfil de sociedade, e, por isso, sofrem discriminação. De acordo com Ruth Cavalcante (Entrevista, 30 de abr.2015): [...] “Eu representava um segmento de gênero, eu tinha muito essa consciência, então, sempre todas as atitudes que eu tomava eu tinha consciência disso, de que eu estava ali abrindo espaço, contribuindo para que as mulheres tivessem seu real espaço” [...].

As mulheres que militaram, no período da ditadura, feministas ou não, contribuíram para o acesso de outras mulheres ao espaço público e político, ajudaram a abrir portas, ao mesmo tempo em que deram visibilidade às questões mais específicas de gênero, colaboraram com as discussões sobre essa categoria. Foram e são mulheres que lutaram por seus ideais, muitas foram presas, torturadas e mortas, todavia, lutaram pelo fim de um sistema opressor.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, M. P.; SILVA, I. P.; SANTOS, D. R. **Ditadura Militar e Democracia no Brasil: história, imagem e testemunho**. Rio de Janeiro, Ponteio, 2013.

BACK, L. Gênero, sacrifício e moral nos grupos de esquerda armada (Brasil e Argentina dos anos 1960 aos 1980). In: PEDRO, Joana Maria e WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. (Org). **Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Santa Catarina, Mulheres, 2011.

BASTOS, Natalia de Souza. **Elas por elas: trajetórias de uma geração de mulheres de esquerda. Brasil - anos 1960-1980**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

BUTLER, Judith. Desconstrução e subversão. **Sapere Aude**, v.04, n.07, Belo Horizonte, 1ºsem.2013, p.441-464.

COLLING, Ana Maria. **As mulheres e a Ditadura Militar no Brasil**. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 2004.

DUARTE, Ana Rita Fonteneles. **Jogo de gênero em narrativas de mulheres: reconstruindo vivências no movimento feminino pela anistia no Ceará**. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro, FGV, 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade; o uso dos prazeres**. São Paulo, Paz e Terra, 2014.

GROSZ, Elisabeth. **Corpos reconfigurados**. **Cadernos Pagu**, 14, 2000, p.45-86.

SCHLATTER JUNIOR, S. L. **Sujeitos e amores: revolução e relações pessoais**. In: PEDRO, Joana Maria e WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. (Org). **Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Santa Catarina, Mulheres, 2011.

KOTCHERGENO, A. M. S. P. **As mulheres na luta armada no Cone Sul**. In: PEDRO, Joana Maria e WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. (Org). **Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Santa Catarina, Mulheres, 2011.

MELLO, S. C. **A questão do trabalho doméstico: recortes do Brasil e da Argentina**. In: PEDRO, Joana Maria e WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. (Org). **Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Santa Catarina, Mulheres, 2011.

MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor. **Luta, Substantivo Feminino**. São Paulo, Caros Amigos, 2010.

- PATAI, Dapne. *História Oral, Feminismo e Política*. São Paulo, Letra e Voz, 2010.
- PEDRO, Joana Maria e WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. **Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Santa Catarina, Mulheres, 2011.
- \_\_\_\_\_. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**, vol. 26, núm. 52, São Paulo, dez.2006, p. 249-272.
- \_\_\_\_\_. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **Revista História**, v.24, N.1, São Paulo, 2005, p.77-98.
- PINSKY, C.B; PEDRO, J.M. (Org). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2013.
- PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismos, História e Poder. **Revista de Sociologia e Política**, v.18, n.36, jun.2010, p.15-23.
- PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Revista Projeto História**, n.15, São Paulo, abr.1997, p. 13-33.
- RAGO, Margareth. Feminizar é preciso: por uma cultura filógina. **Revista do Seade**, v.15. n.03, São Paulo, 2001, p.53-66.
- RAMALHO, Braulio Eduardo Pessoa. **Foi Assim! O Movimento Estudantil no Ceará (1928-1968)**. Rio – São Paulo – Fortaleza, ABC, 2002.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo, Expressão Popular, 2013.
- SILVA, G. M. Mulheres operárias na Argentina e no Brasil: uma análise de jornais da década de 1970. In: PEDRO, Joana Maria e WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. (Org). **Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Santa Catarina, Mulheres, 2011.
- THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. **Revista Projeto História**, n.15, São Paulo, abr.1997, p.51-71.
- VENSON, Anamaria Marcon; PEDRO, Joana Maria. Memórias como fonte de pesquisa em História e Antropologia. **Revista História Oral**, v.15, n.2, jul-dez.2012, p. 125-139.

\*\*\*

Artigo recebido em abril de 2016. Aprovado em outubro de 2016.